

DESCOLONIZANDO TERRITÓRIOS INDÍGENAS: as retomadas Guarani Kaiowá – Mato Grosso do Sul/Brasil

DECOLONIZING INDIAN TERRITORIES: the retomadas Guarani Kaiowá – Mato Grosso do Sul/Brazil

Marcos Leandro Mondardo

Professor Assistente do curso de Graduação em Geografia na Universidade Federal da Bahia - Campus de Barreiras
marcosmondardo@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a luta pela terra dos movimentos indígenas nas ações de retomadas de território. Esta pesquisa consistiu em uma análise documental dos Relatórios da REDE DATALUTA BRASIL, do Banco de dados da luta pela terra, Mato Grosso do Sul, 2012 e 2013. A categorização foi realizada por meio de análise de conteúdo, com a criação de duas categorias temáticas: 1) Retomadas Guarani Kaiowá: uma forma de luta pela demarcação dos territórios; 2) Relatórios da REDE DATALUTA BRASIL, Mato Grosso do Sul (2012 e 2013): o protagonismo do movimento indígena na retomada de territórios. Constatou-se que os Relatórios analisam a superposição de conflitos territoriais, do conflito latifúndio *versus* camponeses, na luta por terra, e a emergência contemporânea de novos conflitos, envolvendo empresas, fazendeiros *versus* os povos indígenas, nas lutas por terra e território. Nos anos de 2012 e 2013 analisados pelos relatórios e nas séries históricas apresentadas de anos anteriores, os povos indígenas tornaram-se protagonistas nas lutas em movimentos de retomadas de territórios.

Palavras-Chave: Retomadas. Resistências. Indígenas. Mato Grosso do Sul.

Abstract

This article aims to analyze the struggle for the land of indigenous movements in the actions of retaking territory. This research consisted of a documentary analysis of the Reports of the DATALUTA BRASIL NETWORK, the Land Fighting Database, Mato Grosso do Sul, 2012 and 2013. The categorization was performed through content analysis, with the creation of two thematic categories. : 1) Guarani Kaiowá retakes: a form of struggle for the demarcation of territories; 2) Reports from the DATALUTA NETWORK BRAZIL, Mato Grosso do Sul (2012 and 2013): the leading role of the indigenous movement in the retaking of territories. It was found that the Reports analyze the overlap of territorial conflicts, landlord versus peasant conflict in the land struggle, and the contemporary emergence of new conflicts involving businesses, farmers versus indigenous peoples in land and territory struggles. In the years 2012 and 2013 analyzed by the reports and historical series presented from previous years, indigenous peoples became protagonists in the struggles in movements of retaking territories.

Keywords: Retomadas. Resistances. Indigenous peoples. Mato Grosso do Sul.

Introdução

Uma das questões fundamentais do Brasil contemporâneo diz respeito à luta pela demarcação das terras indígenas. No Mato Grosso do Sul, os povos Guarani e Kaiowá vivem em conflito com os fazendeiros do agronegócio globalizado nas mobilizações por direitos territoriais. Se por um lado a luta pela regularização fundiária dos territórios indígenas mobiliza grupos étnicos, em defesa e retomada de suas terras, do outro, esse processo promove reações violentas e autoritárias de setores do agronegócio e seus aliados, como de fazendeiros, sindicatos rurais, federações da agricultura, empresas, corporações, frentes compostas por parlamentares ruralistas, dentre outros.

Nesse contexto de disputa, a defesa de territórios e a demarcação de terras indígenas fazem parte de um movimento de descolonização. Na América Latina/*Abya Yala*/Quilombola o debate sobre a descolonização de territórios diz respeito aos esforços ontológicos (das lutas) e epistemológicos (teóricos) dos povos indígenas, comunidades quilombolas, dentre outros grupos subalternos, em busca de “reconhecimento” (FRASER, 2002) de seus direitos como a terra, o território, saúde, educação e alimentação diferenciadas. Cada povo ou comunidade tradicional descoloniza seus territórios desde seu próprio contexto espaço-temporal (MIGNOLO, 2003; JARAMILLO, 2020). Os povos indígenas envolvidos nesse movimento de descolonização de seus territórios tem uma conduta de luta por direitos, orientadas por cosmologias e cosmopolíticas próprias e diferenciadas entre elas (VIVEIROS DE CASTRO, 2008), em práticas, mobilizações, manifestações e retomadas.

A luta pela terra no Mato Grosso do Sul na perspectiva e prática indígena de descolonização de territórios atende pelo nome de retomada. Para Alarcon (2013), a retomada de terra é uma forma de ação política que, ao longo das últimas décadas, converteu-se em símbolo de mobilização indígena. Para a autora, cada vez mais as retomadas têm se tornado a forma pela qual os indígenas “fazem pressão” para que seja efetivado o processo demarcatório da terra indígena requerida.

De acordo com o antropólogo Guarani Kaiowá Benites (2014, p. 25), os processos de retomada dos territórios no Mato Grosso do Sul são realizados desde a década de 1990. As retomadas de seus territórios envolvem “articulações das lideranças políticas (*mburuvicha*) e espirituais (*ñanderu*) das famílias extensas Guarani e Kaiowá”. Essas

áreas são resultado da dinâmica de territorialização que os Guarani e os Kaiowá passaram a vivenciar a partir do processo de colonização e da criação de reservas indígenas.

No estado é necessário entender, assim, além das relações econômicas do agronegócio que monopolizaram a terra e atribuíram novas funções ao espaço, as ações locais contemporâneas de resistência dos povos indígenas. Haesbaert (2014) afirma que nos últimos tempos a problemática do território se tornou uma questão central no contexto brasileiro-latino-americano devido à luta pela terra. Em uma leitura não dualista, o geógrafo afirma que se desdobram pelo menos dois grandes “paradigmas” ou abordagens das questões territoriais: 1) capitaneado sobretudo pelas grandes empresas (com o frequente apoio do Estado); 2) contra-hegemônico, liderado pelos grupos subalternos, a exemplo das populações tradicionais, indígenas e quilombolas.

Nesta pesquisa o território será visto pela perspectiva da luta pela terra. Na dinâmica espaçotemporal contraditória do agronegócio, de um lado, a ação de fazendeiros e de grandes empresas (com o frequente apoio do Estado) atuam para o domínio das terras e exploração dos recursos naturais da lógica global de acumulação do capital, e do outro, os povos indígenas lutam pelo território em ações diretas de retomadas – acampamentos (LOERA, 2014) e ocupações – em territorialidades alternativas para a reprodução do seu modo de *ser – teko*.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa consistiu em uma análise documental dos Relatórios da REDE DATALUTA BRASIL, do Banco de dados da luta pela terra, Mato Grosso do Sul, 2012 e 2013. A REDE DATALUTA estuda a questão agrária brasileira e mantém um banco de dados sobre ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária, manifestações, “movimentos socioterritoriais” (FERNANDES, 2005), estrangeirização de terras e as jornadas em defesa da reforma agrária que identificam e espacializam as conflitualidades dos processos agrários nos diversos territórios do Brasil. No caso dos Relatórios sobre o Mato Grosso do Sul, a metodologia empregada se deu pelo recorte dos jornais com matérias que tratam das lutas no estado; leitura diária desses recortes; recolhimento dessas informações como a data da realização da luta, local ou município, número de famílias

ou de participantes, movimento; inserção dos dados em um banco de dados; arquivamento dos recortes; digitalização e arquivamento eletrônico dos recortes.

Por meio do Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta), utilizamos os relatórios sobre o Mato Grosso do Sul que apresentavam dados referentes aos anos de 2012 e 2013. Entretanto, para efeitos comparativos, foram utilizados dados do período 2000 a 2013, objetivando a elaboração de gráficos, tabelas e mapas sobre ocupações de terra, manifestações, e de 1972 a 2013 para assentamentos rurais e estrutura fundiária.

A equipe do Dataluta-MS utilizou como fonte de pesquisa os jornais de maior circulação em Mato Grosso do Sul: Correio do Estado (Campo Grande), O Progresso (Dourados) e Jornal do Povo (Três Lagoas) para entender a territorialização das lutas pela terra. Tomando por base estes Relatórios, focalizamos em nossa análise os dados referentes à luta dos indígenas (Guarani e Kaiowá) nas retomadas de seus territórios tradicionais que atualmente estão ocupados por latifúndios vinculados ao agronegócio globalizado.

A partir desse banco de dados, os resultados compilados por meio dos Relatórios DATALUTA BRASIL, Mato Grosso do Sul, 2012 e 2013, serão analisados à luz da teoria da Geografia Agrária (OLIVEIRA, 2004), com ênfase no debate sobre a luta pela terra e território (SANTOS, 1996; HAESBAERT, 2014; ESCOBAR, 2015), em que discutimos criticamente a descolonização de territórios indígenas, por meio das retomadas Guarani Kaiowá, e a relação da expansão territorial do agronegócio globalizado (ELIAS, 2003) pela lógica geográfica do capital via “acumulação por despossessão” (ou espoliação) dos recursos naturais – terra, água, minério, dentre outros (HARVEY, 2004). Assim, os resultados e discussões deste texto se estruturam a partir de duas categorias criadas: 1) Retomadas Guarani Kaiowá: uma forma de luta pela demarcação dos territórios; 2) Relatórios da REDE DATALUTA BRASIL, Mato Grosso do Sul (2012 e 2013): o protagonismo do movimento indígena na retomada de territórios.

Retomadas Guarani Kaiowá: uma forma de luta pela demarcação dos territórios

É uma forma de luta as retomadas. (...) Nós estamos querendo a terra que era nossa, que foi retirada pelos não indígenas. Retomar que o que era nosso. (...) Retomar e reviver aquela história que foi cortada ou esquecida quando os Guarani Kaiowá foram expulsos (Guarani Kaiowá, Tekoha Apykai, área de

retomada localizada no município de Dourados, às margens da BR 463, 12/10/2018).

Os povos Guarani e Kaiowá têm um “projeto étnico-sistêmico-local” (ESCOBAR, 2015) de autonomia na luta pela terra. A retomada, essa forma de luta, se dá pelo retorno ao *teko porã* (ou “bem viver”, como analisa, Acosta, 2005), em práticas de retomadas: acampamentos e ocupações. Nas últimas três décadas, vêm ganhando força, no campo sul-mato-grossense, as ações diretas de luta pela terra, denominadas de retomadas de territórios tradicionais. A ação ganha variações semânticas, a depender da terra e dos territórios requeridos e dos sujeitos sociais envolvidos tais como: retomadas territoriais, retomadas de *tekoha*, retomadas de território, retomadas de quilombos, reocupação, recuperação, dentre outras.

O sentido prático, político e estratégico atribuído e aplicado nas retomadas torna o território uma “arma de luta”, político e catalizador das práticas adotadas pelos movimentos das populações tradicionais em resistência no espaço brasileiro. Em nome do território – *tekoha* – se fazem as retomadas em atos de mobilizações: acampamentos e ocupações.

No Mato Grosso do Sul, com relação aos povos Guarani e Kaiowá, a área de retomada normalmente é aquela em que estão situados os conflitos/confrontos, bem como é o horizonte em que está à esperança de reconectar a relação indissociável dos povos com a terra e o território. Existem retomadas com condições territoriais, político e jurídica, distintas, a depender dos sujeitos coletivos, étnicos e raciais, envolvidos na luta pela terra e dos grupos hegemônicos contrários aos movimentos de retorno aos territórios tradicionais.

Uma vez que a retomada é uma geoestratégia de luta adotada pelos povos Guarani e Kaiowá para retomar as terras das quais foram expulsos durante o processo de colonização, isso implica traçar linhas alternativas, redesenhar espaços, contornar cercas e construir estratégias vitais em territorialidades de resistência. Nessa reelaboração cultural de seus modos de ser (o *teko*), no caminhar, altera-se a relação com a natureza devido às resistências traçadas pelos grupos nos *front* de batalha e em reconexão com a terra. Nesse movimento de reapropriação, a natureza é vista como cultura. Para isso é necessário uma politização da cultura (LATOUR, 2004).

Na contemporaneidade a re-existência (existir para resistir) dos povos originários tem sido fundamental na luta contra o processo de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004). O movimento dos coletivos Guarani e Kaiowá contra a transformação da natureza em mercadoria nos dá um novo horizonte de sentido para a vida pela “reapropriação social da natureza” (LEFF, 2006), onde a cultura é politizada por meio da luta por território (PORTO-GONÇALVES, 2012).

A expansão territorial do capitalismo na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai é um fenômeno violento. Essa territorialização funcional promoveu o desmatamento, o uso ilimitado dos recursos hídricos, a violação de direitos humanos e a desterritorialização dos povos indígenas de seus *tekoha*. As populações tradicionais viram suas terras tornarem-se mercadorias, em que o valor de troca suprimiu o valor de uso, implicando na mercantilização da vida por meio de uma biopolítica (FOUCAULT, 2004; 2005).

Em Mato Grosso do Sul uma espécie de “boipolítica” à moda regional atua no sentido em que as exportações de carne de gado, as toneladas de grãos (soja e milho) e os litros de etanol, valem mais do que a vida de um Guarani e Kaiowá. A biopolítica, nesta situação degradante, desterritorializa/precariza a vida indígena e a transforma em “vida nua” (conforme acepção de AGAMBEN, 2002), passando a vigorar uma gestão necropolítica (MBEMBE, 2011; 2018) pelos assassinatos, etnocídios e ecocídios, e o desejo de morte, em tempo de flexibilização do uso de armas de fogo. A mercantilização das relações sociais nesta fronteira coisificou a vida indígena como algo “sem valor” sob o vértice da hierarquia normativa das empresas multinacionais.

Por isso, a estabilidade territorial nesta faixa de fronteira está vinculada a segurança que o modelo de desenvolvimento econômico necessita. Por outro lado, ocorre a desterritorialização/precarização dos povos indígenas contidos e apinhados em áreas de reservas. Com o agronegócio globalizado e com o Estado neoliberal em curso, o neocolonialismo (QUIJANO, 2005) atua com força na desterritorialização dos povos Guarani e Kaiowá em seus necroterritórios.

Segundo Elias (2003), o agronegócio globalizado envolve a reestruturação produtiva da atividade agropecuária brasileira das últimas décadas que, no neoliberalismo, realiza-se sob o comando do capital financeiro. Isso se deve aos investimentos acentuados na mudança das forças produtivas, como pela incorporação de

cada vez mais de tecnologia e de ciência, que reestruturou os sistemas técnicos agrícolas. Os principais agentes do agronegócio globalizado são empresas agrícolas, agroquímicas, agroindustriais, corporações agroalimentares e os fundos de pensão.

Com relação à terra, o agronegócio globalizado além de dominar e explorar os recursos da natureza, promove, segundo Oliveira (2004) a territorialização do capital no espaço agrário e a monopolização do território pelo capital. A terra transforma-se em mercadoria, ao passar de terra de trabalho para terra de negócio, conforme concebe Martins (1980). Esse processo amplia a concentração fundiária pelo tamanho das propriedades onde o agronegócio se reproduz.

Gerou-se, com isso, uma geografia da acumulação de riqueza nas mãos de fazendeiros, grupos multinacionais e mais recentemente dos fundos de pensão que investem e vigoram no mercado global de terras. Estes últimos veem a terra como ativo financeiro, com investimentos nesse tipo de empreendimento em ambos os lados dos limites internacionais entre Brasil e Paraguai. A BrasilAgro configura-se na como a primeira imobiliária agrícola do país que avança seus domínios além do território nacional, isto porque, tem ampliado sua ação junto ao Paraguai, especialmente em Boquerón, área onde incorporou mais de 141 mil hectares. Em sua especulação em “escala global”, para além das fronteiras nacionais, “do Chaco ao MATOPIBA”, são mais de 15 propriedades sob o controle da empresa que vem obtendo lucros extraordinários com a exploração da terra (BASSI, 2018).

Segundo Bassi (2018) somente na safra 2017/2018 a empresa faturou 54 milhões. Essa atuação demonstra uma nova forma de se explorar a terra baseada em um sistema conhecido como *pool de siembras* que consiste em adquirir terras como ativo financeiro e, a partir disto, um grupo de investidores responsável pela compra passa a produzir *commodities* e em seguida vende-se a fazenda em operação e reinicia-se o processo em outra uma nova área. Trata-se de uma das maneiras mais velozes de valorização e revalorização de terras por meios de negócios na seara do agronegócio globalizado.

No entanto, a produção deste espaço regional para o capital reproduz pobreza para as populações tradicionais indígenas. As empresas do Norte Global carecem dos recursos naturais destes territórios do agronegócio para a reprodução de suas relações capitalistas de produção. Isso explica o cercamento das propriedades face às reservas indígenas e a

“contenção territorial” (HAESBAERT, 2014) das ações destes povos em áreas de conflitos territoriais.

Contraditoriamente nesse processo muitos indígenas vivem em condição de vulnerabilidade social, sobrevivendo com cestas básicas da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), por meio de políticas compensatórias, que expõe lógicas de “inclusão por exclusão” (AGAMBEN, 2004), legitimadas por um sistema econômico e político injusto e concentrador de riquezas.

Inconformados com esta condição de precariedade socioespacial a que foram submetidos, uma parcela de Guarani e Kaiowá colocou em prática múltiplas estratégias em *fronts* de luta. Estas ações diretas variam desde ocupações de áreas pelo controle temporário do espaço em acampamentos às margens de rodovias ou em fazendas identificadas como de apropriação tradicional, até as táticas cotidianas de mobilização étnica coletiva em espaços públicos (ruas e praças) e/ou órgãos (FUNAI, SESAI e prefeituras), como podemos verificar nos Relatórios da REDE DATALUTA BRASIL, do Banco de dados da luta pela terra, Mato Grosso do Sul, 2012 e 2013.

Relatórios da REDE DATALUTA BRASIL, Mato Grosso do Sul (2012 e 2013): o protagonismo do movimento indígena na retomada de territórios

O Relatório com dados referente ao ano de 2012 (DATALUTA/MS, 2013) permite analisar as ocupações de terras realizadas por movimentos indígenas no Mato Grosso do Sul, como a luta pela retomada de seus territórios tradicionais e atualmente dominado por latifundiários vinculados ao agronegócio globalizado.

Sobre esse processo, é importante compreender a estrutura fundiária do estado. Com base nos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é possível comprovar a concentração de terras no Mato Grosso do Sul, conforme se verificar na tabela 1.

Tabela 1: Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária – 2020

Classe área total (ha)	Nº imóveis	%	Área total (ha)	%
0 a menos 200	96.128	69,92	4.058.301,53	6,87
200 a menos de 500	17.384	12,64	5.629.621,76	9,52
500 a menos de 1.000	10.884	7,92	7.775.178,98	13,14
Acima de 1.000	13.094	9,52	41.671.530,76	70,47
Total	137.490	100	59.134.633,03	100

Fonte: INCRA/SNCR - 01/04/2020.

Organização do autor.

Em abril de 2020 os imóveis na classe de até 200 hectares, as pequenas propriedades, correspondem a 69,92% do total, mas ocupam 6,87% da área total ocupada por todos os imóveis rurais. Por outro lado, os imóveis da classe de área acima de 1.000 hectares, as grandes propriedades, correspondem a 9,52% do total e ocupam 70,47 da área. Assim, é possível comprovar a intensa concentração fundiária no estado resultante do processo histórico-geográfico de dominação capitalista da terra por não indígenas e a articulação entre fazendeiros, empresas e o Estado.

Com relação ao efeito desta concentração fundiária sobre os territórios dos povos indígenas, o Relatório (DATALUTA/MS, 2013) destaca o centro-sul do estado onde a concentração fundiária é grande, exatamente nas áreas de conflitos fundiários entre os latifundiários do agronegócio e os indígenas, região ocupada por meio da captura e transformação de terras tradicionais – *tekoha* – em fazendas capitalistas pelo processo de despossessão e expulsão/desterritorialização de indígenas desde as primeiras décadas do século XX; e, o centro-sul do estado, onde se encontram a maior concentração de assentamentos e de reservas indígenas, e onde estão situados os conflitos pela retomada dos territórios tradicionais e o agronegócio.

De modo geral, segundo o Relatório (DATALUTA/MS, 2013) ocorreu uma diminuição gradativa de ocupações de terra em Mato Grosso do Sul de 2000 a 2012. No decorrer do ano de 2012 ocorreram 17 ocupações de terra, concentradas, principalmente no mês de maio. Constatou-se que os indígenas foram os principais protagonistas na luta pela terra em Mato Grosso do Sul, totalizando 15 das 17 ocupações. A luta indígena ocorre por meio das retomadas dos territórios tradicionais espoliados nas primeiras décadas do século XX por latifundiários e com forte apoio do Estado. Esse processo de despossessão confinou os Guarani e Kaiowá em pequenas reservas no Sul do antigo Mato

Grosso, atual Mato Grosso do Sul, e titulou grandes extensões de terras a não indígenas, principalmente para grupos econômicos hegemônicos do estado e do país. Os conflitos são mais acentuados na região de Dourados e mais ao sul, na fronteira com o Paraguai.

No ano de 2000, segundo o Relatório (DATALUTA/MS, 2013, p. 9) foram 11.249 famílias envolvidas em ocupações de terra, diminuindo gradativamente até 2002, ano em que eram 150. Apesar do número expressivo de famílias em ocupação em 2005 (3.560), nos anos seguintes (até 2008) houve redução. A partir de 2009, houve outro pequeno aumento em relação aos outros anos, destacando-se pelas ações dos movimentos indígenas lutando pela retomada de seus territórios tradicionais. “Apesar do número de ocupações ser relativamente pequeno em 2012, o número de famílias em ocupações de terra foi significativo, totalizando 784”.

No período de 2000 a 2012, o número de ocupações por movimento socioterritorial, revelou a perda do protagonismo dos movimentos camponeses e a reafirmação dos indígenas na continuidade pela retomada de seus territórios de ocupação – *tekoha*. Dentre os principais movimentos sociais protagonistas da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, destacando-se os movimentos indígenas (58 ocupações), a CUT (57 ocupações), o MST (46 ocupações) e a CONTAG (38 ocupações), dentre outros.

De acordo com o Relatório (DATALUTA/MS, 2013), com relação às localizações das ocupações de terra entre 2000 e 2012, foram identificadas ações mais presentes no Sul de Mato Grosso do Sul, justamente pela transformação da terra indígena e camponesa em propriedade capitalista nas primeiras décadas do século XX efetuadas pelo Estado em articulação com o agronegócio e empresas. As populações indígenas foram removidas de seus territórios e confinadas em reservas em diversas áreas dos atuais municípios de Caarapó, Juti, Amambai, Antônio João, Paranhos e Dourados, por exemplo.

No Mato Grosso do Sul a expansão territorial do capitalismo, sob a exigência da destruição criativa da terra se deu no início do século XX pela “acumulação por despossessão” e expulsão em frentes extrativas de erva-mate, passando pela colonização dirigida do Estado Novo (1937-1945), do governo Getúlio Vargas, Marcha para Oeste, até a territorialização da fronteira agrícola, a partir da década de 1970, com a implantação do agronegócio globalizado. Essas frentes de colonização atualizaram nesse espaço o capitalismo e o “patriarcado colonial-moderno de alta intensidade” (SEGATO, 2016), por meio do “colonialismo interno” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2006).

Como forma combater esse colonialismo interno e o capitalismo de espoliação de territórios tradicionais, os povos indígenas vêm se empenhando em movimentos de retomadas de *tekoha*, em modalidades de territorialização alternativas de ocupação, fechamento de rodovias, acampamentos às margens de rodovias e manifestações.

Nesse contexto, de acordo com os dados do Relatório (DATALUTA/MS, 2013) é possível afirmar que os movimentos indígenas foram os principais protagonistas nas manifestações de luta por terra em Mato Grosso do Sul. Em 2012 os movimentos indígenas foram destaque nas manifestações, totalizando 19 ações, e do MST foram 9. Já na série histórica, o número de manifestações por Movimento Socioterritorial, de 2000 a 2012, foi de 100 atos realizados pelo MST, enquanto que o movimento indígena contabilizou 84.

Segundo o Relatório (DATALUTA/MS, 2013) há mais atuação dos movimentos camponeses e dos movimentos indígenas por suas presenças mais intensas e pelo confronto com o agronegócio globalizado que avança sobre as terras nesta região. Constatou-se que Campo Grande e Dourados são as principais cidades de concentração de manifestações, pois a primeira, além de ser capital, sedia o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no estado; já a segunda sedia as unidades avançadas dos dois órgãos federais.

Segundo o Relatório com dados de 2013 (DATALUTA/MS, 2014), no centro-sul do estado encontra-se a maior concentração de reservas indígenas e, nos últimos anos, tornou-se o lócus de conflitos pela retomada dos territórios tradicionais, entre estes últimos e os latifundiários. No ano de 2013 houve aumento das ocupações de terra no Mato Grosso do Sul aos níveis do ano de 2001, superando os anos de 2002 a 2012. Das 32 ocupações ocorridas no ano de 2013, 31 relacionavam-se aos movimentos indígenas de retomada de seus territórios tradicionais, principalmente no sul do Estado. No centro-sul a concentração fundiária é expressiva, justamente nas áreas de conflitos fundiários entre os latifundiários, os camponeses e os indígenas; essa região foi ocupada por não indígenas pela despossessão de terras tradicionais transformadas em capitalistas desde as primeiras décadas do século XX.

Nessa regionalização dos conflitos por terra e território, o Relatório (DATALUTA/MS, 2014) destaca que no centro-sul do Estado encontra-se a maior concentração de assentamentos e de reservas indígenas, e que nos últimos anos, são lócus

de conflitos em movimentos de retomadas dos territórios tradicionais, estando em conflito com os latifundiários. Embora o relatório não apresente a etnia dos indígenas, o cone sul do Mato Grosso do Sul, onde que se concentram os conflitos na luta pela terra e território é uma área de ocupação tradicional dos povos Guarani e Kaiowá no estado. O cone sul era onde se localizava o *tekoha guasu* (grande território), em que estão situados os antigos *tekoha*.

Este relatório (DATA LUTA/MS, 2014) também considera que no ano de 2013 houve aumento das ocupações de terra no estado de Mato Grosso do Sul aos níveis do ano de 2001, superando os anos no período de 2002 a 2012. Das 32 ocupações ocorridas no ano de 2013, 31 relacionam-se aos movimentos indígenas de retomadas de seus territórios tradicionais, no cone sul do Estado. Isso demonstra a importância do movimento de luta pela terra e território dos povos Guarani e Kaiowá nos movimentos de retomadas. Embora o relatório não demonstre essas modulações ou variações nas formas alternativas de territorialização, as ações ocorrem na formação de acampamentos às margens de rodovias, ocupações ou fechamentos temporários em ruas e rodovias, órgãos públicos (como, por exemplo, a FUNAI), e autodemarcações quando esses povos realizam ações diretas de retomar os seus antigos *tekoha*.

De acordo com o relatório (DATA LUTA/MS, 2014), às 32 ocupações de terra no decorrer de 2013 ficaram concentradas, principalmente, nos meses de maio, junho e outubro. Assim, os indígenas foram os principais protagonistas na luta pela terra em Mato Grosso do Sul, totalizando 31 das 32 ocupações. Os conflitos são mais acentuados na Região de Dourados e mais ao Sul, na fronteira com o Paraguai. Ainda, segundo o relatório, foram 1.712 famílias envolvidas em ocupações; isso revelou um aumento em relação aos anos anteriores, principalmente pelas ações dos movimentos indígenas. Na série histórica, os dados do relatório apontam que o movimento indígena (embora seja um dado geral, não demonstrando as variações por grupos étnicos), tiveram 110 ocupações do movimento socioterritorial no período de 1988 a 2013. Dado expressivo de ocupações de terra para o período.

Com relação à localização das ocupações de terra no ano de 2013, o relatório mapeou e concluiu que as ações foram mais presentes no Sul de Mato Grosso do Sul, justamente pela transformação da terra indígena e camponesa em propriedade capitalista pelo avanço da fronteira agrícola e implantação do agronegócio. As populações indígenas

foram removidas de seus territórios e confinadas (concentradas espacialmente) em reservas dos atuais municípios de Sidrolândia, Aquidauana, Miranda, Caarapó, Juti e Dourados, dentre outros.

Realizado esse processo de abertura das terras, segundo o Relatório (DATALUTA/MS, 2014), camponeses foram atraídos para o sul do estado para a derrubada das matas com o objetivo de formarem de pastagens nos latifúndios para criação de gado, e foi realizado por contratos de parceria e de meação. Posteriormente à formação de pastagens, populações camponesas foram expulsas da terra, engrossando a fileira de sem terra nas periferias das cidades ou nos acampamentos às margens das estradas. Nas últimas décadas do século XX e início do XXI, houve significativo avanço do agronegócio no sul de Mato Grosso do Sul, principalmente pelos monocultivos de soja e de cana. Com isso, houve o aumento das ações dos movimentos indígenas pela retomada de seus territórios tradicionais, os *tekoha*.

Nesse contexto de luta pela terra e território, conforme o Relatório (DATALUTA/MS, 2014), as manifestações tornaram-se a principal forma de luta para reivindicação, tanto de camponeses como de indígenas. Para chegar a essa afirmação foi elaborada uma tipologia, sistematizada na forma de tabela, em que os movimentos indígenas foram os principais protagonistas das manifestações no ano de 2013. Os movimentos indígenas destacaram-se nas manifestações, perfazendo 16 ações, de um universo de 48, e envolveram 9.050 pessoas.

Essa forma de atuação dos movimentos indígenas se deve porque os territórios tradicionais estão em disputa com o agronegócio globalizado, o que leva, segundo o Relatório (DATALUTA/MS, 2014), a uma centralização territorial dos conflitos por meio das duas formas de luta: a ocupação e a manifestação. Embora não distinga se essas ações foram realizadas por indígenas ou não indígenas, o Relatório aponta que em 2013 as manifestações distribuíram-se por oito meses, mas concentraram-se no mês de junho. Neste ano, foram identificados 31 bloqueios de rodovias e oito ações de ocupação em prédios públicos, como principais formas de manifestação. A série histórica, no período de 2000 a 2013, também confirmou essas duas ações como as principais ferramentas na luta da terra.

Assim, as retomadas de territórios tradicionais transpassam os limites de contenção das reservas e se transformaram em espaços de luta e resistência (“um

recomeço”) para os povos indígenas. Como disse um jovem Kaiowá do *Tekoha Guyra Kambi'y*, área de retomada localizada no município de Douradina, a “retomada é para requerer nosso tekoha. A retomada é um recomeço para nós. É um recomeço para nós requerer a nossa terra, um novo começo para nós” (entrevista realizada em 27/06/2018).

Para além das reservas e dos territórios-fazendas do agronegócio com suas lógicas espaciais autoritárias voltadas a contenção, violência e genocídio dos povos indígenas, os Guarani e Kaiowá contemporâneos do cone sul do Mato Grosso Sul têm um projeto autônomo de reterritorialização de suas práticas tradicionais ancoradas no *tekoha* como forma de luta pela terra e território. O retorno ao *teko porã* (o bem viver) tornou-se uma estratégia de resistência por meio das retomadas de territórios tradicionais. Essas ações se juntam às mobilizações, às ocupações de órgãos públicos, aos fechamentos de rodovias, para dar visibilidade à questão da luta pela terra e recuperação dos *tekoha*. Assim, é possível afirmar que a proliferação dos acampamentos de retomadas, das ocupações, das manifestações e dos bloqueios de rodovias estão implicados no próprio conceito de território para os povos indígenas. A reelaboração desta categoria da prática emancipatória indígena, o *tekoha*, evidencia a multiplicidade das lutas.

Se por um lado, o Estado, articulado com o capital em sua fase neoliberal, visa manter os condenados em sua própria terra – indígenas – em territórios coloniais de exceção denominados de reservas, negando-lhes a tradicionalidade da terra de uso e ocupação, por outro, as retomadas de *tekoha* buscam reocupar e requerer os territórios decoloniais por meio de ações diretas de resistência e enfrentamento contra a propriedade privada na forma de latifúndio. As áreas retomadas são atualmente territórios decoloniais que estão num limbo jurídico entre a exceção e norma do Estado de Direito, entre o latifundiário do capital legitimado pelo Estado capitalista neoliberal, e entre os territórios de autonomia e emancipação dos povos indígenas em luta.

Essas áreas de retomadas apresentam ações mais duradouras e outras contingentes, a depender do nível do conflito e de confronto que estão envolvidas. Estima-se que na contemporaneidade existam 40 acampamentos indígenas no estado. Esses acampamentos se configuram como uma estratégia concreta, prática e política de luta pelo retorno aos territórios tradicionais. Mesmo sendo de difícil delimitação, com tamanhos de áreas variadas, esses acampamentos estão em sua maioria localizados nas zonas rurais, o que não exclui movimentos de retomadas em áreas urbanas.

Nesses espaços, os *ñanderu* (líderes religiosos) fazem as “rezas” e entram em contato com deuses e guardiões dos seres da cosmologia Guarani e Kaiowá para fortalecer as lutas e demandas enfrentadas pela intervenção divina. Por meio desses espaços simbólicos e ritualísticos as lideranças procuram empoderar os grupos indígenas que estão nos *fronts* de batalha, em processos de retomadas para a recuperação dos territórios tradicionais saqueados. Nas reuniões são traçadas também estratégias de resistência e alianças intensivas entre coletivos localizados em reservas, acampamentos e terras indígenas (BENITES, 2014).

Para os *ñanderu*, o *jeroky* é um espaço simbólico e praticado para retomar e religar essa comunicação com os parentes que estão mortos, conversar e solicitar a intervenção dos guardiões da terra, animais, rios e florestas, conforme a cosmologia Guarani e Kaiowá. Este território indígena incorpora uma dimensão religiosa constituinte e vital para as lutas em torno das retomadas e fortalece a resistência. Os rezadores traçam estratégias de ações coletivas nessas reuniões regionais (*Aty Guasu*) com os coletivos que estão situados nos *fronts* de luta contra os fazendeiros do agronegócio. As estratégias de reocupação são traçadas pelas lideranças políticas no âmbito das reuniões regionais (*Aty Guasu*) e religiosas (*Jeroky*), frente à desterritorialização violenta sofrida pelas famílias extensas dos seus *tekoha* tradicionais (BENITES, 2014). As retomadas (ocupações) e as manifestações se tornaram o horizonte emancipatório pela ampliação da subjetividade, o modo de ser (*teko*) Guarani e Kaiowá.

Considerações finais

Os Relatórios da REDE DATALUTA BRASIL, do Banco de dados da luta pela terra, Mato Grosso do Sul, 2012 e 2013, analisam a superposição de conflitos territoriais e uma mudança de estratégia de luta por terra e território no Mato Grosso do Sul.

Nos anos de 2012 e 2013 analisados pelos relatórios e nas séries históricas apresentadas de anos anteriores, é possível verificar que os povos indígenas tornaram-se protagonistas nas lutas por terra e território. Essa forma de atuação dos movimentos indígenas se deve porque os territórios tradicionais estão em disputa com o agronegócio globalizado, o que leva, segundo o Relatório (DATALUTA/MS, 2014), a uma centralização territorial dos conflitos por meio de duas formas de luta: a ocupação e a

manifestação. Embora não distinga se essas ações foram realizadas por indígenas ou não indígenas, os dados apresentados nos relatórios revelam que atualmente a defesa dos direitos territoriais ocorre por meio de duas formas de luta: a ocupação e a manifestação. Mesmo com retrocessos democráticos e com a escalada da violência, os processos de resistência, de luta e de enfrentamento, acontecem no campo sul-mato-grossense por movimentos socioterritoriais, como dos povos indígenas e camponeses.

De acordo com os relatórios analisados – no período espaçotemporal que compreendem – é possível perceber que houve uma mudança de estratégia de luta dos movimentos socioterritoriais do campo sul-mato-grossense. Houve uma mudança porque além das ocupações de terra (retomadas de *tekoha*) e dos acampamentos (para retomadas de *tekoha*), outras ações passaram a ser mobilizadas pelos movimentos sociais para enfrentar o latifúndio e o agronegócio globalizado. Enquanto no primeiro relatório (DATALUTA/MS, 2013), as ocupações e os acampamentos (retomadas) eram as ações prioritárias de luta por terra e território no ano de 2012, o segundo o Relatório (DATALUTA/MS, 2014) revelou que houve uma diminuição destas ações de ocupação (retomadas), no ano de 2013, no campo sul-mato-grossense. No entanto, as manifestações emergiram e demonstraram, a partir dos dados do Relatório (DATALUTA/MS, 2014), que no ano de 2013, se tornou a principal estratégia para reivindicar do Estado a luta por terra e território. Houve uma queda no número de ocupações e acampamentos, enquanto o número de manifestações aumentou. Isso demonstrou que movimentos indígenas e camponeses não arrefeceram diante das constantes ameaças. Isso revela também um processo intenso de resistência indígena contra a violência desenfreada do latifúndio do agronegócio globalizado e do poder do Estado.

Essa mudança de estratégia de luta pela terra demonstra uma mudança da acepção do território para os movimentos indígenas. As ocupações e acampamentos de retomadas se juntaram às manifestações em ruas, em órgãos públicos, aos fechamentos de rodovias, para dar visibilidade à questão da luta pela terra e pressionar as autoridades para a recuperação dos *tekoha*. É possível afirmar que a proliferação das ocupações e dos acampamentos de retomadas, das manifestações e dos bloqueios de rodovias estão implicados no próprio conceito de território para os povos indígenas. Nesse processo, o território incorpora o sentido de vida, o sentido da própria existência indígena, como espaço de reprodução da vida, com a magnitude concreta-simbólica e estratégica-política.

Assim, a ampliação das lutas indígenas Guarani e Kaiowá por terra e território teve ressonância nas ocupações e manifestações.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo. Algunas reflexiones económicas y no tan económicas. **Política y sociedad**, Vol. 52, n° 2, 2015, pp. 299-330.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALARCON, D. F. A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso Tupinambá da Serra do Padeiro. **Ruris**. v. 7, n. 1, 2013, p. 99-126.

BENITES, T. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowá e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha**. (Tese de Doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, 2014.

BASSI, B. S. **Do Chaco ao Matopiba, imobiliárias transnacionais avançam na “República da Soja”**. 2018. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2018/07/12/do-chaco-ao-MATOPIBAimobiliarias-transnacionais-avancam-na-republica-da-soja/> -Acesso em: 12/07/2018

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. Colonialismo interno (una redefinición). In: BORON, Atilio. AMADEO, J. GONZÁLEZ, S. (Org.). **La teoría marxista hoy**. CLACSO, Buenos Aires, 2006. pp. 431-458.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2018**. Brasília: CIMI, 2019.

DATALUTA/MS. **Banco de dados da luta pela terra. Relatório 2012**. Três Lagoas, dezembro de 2013.

DATALUTA/MS. **Banco de dados da luta pela terra. Relatório 2013**. Três Lagoas, dezembro de 2014.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**. SP: EDUSP, 2003.

- ESCOBAR, A. Territórios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 41, 2015.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005
- FOUCAULT, M. **Naissance de la Biopolitique**. Paris: Gallimard-Seuil, 2004.
- FRASER, N. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63: 7-20, 2002.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- JARAMILLO, A. La descolonización cultural y la política de la cultura. GODOY, C.; GOMEZ, M. (Org.). **Pensamientos nuestroamericanos en el siglo XXI**: aportes para la descolonización epistémica. Buenos Aires: Remedios de Escalada: De la UNLa - Universidad Nacional de Lanús, 2020, p. 16-20.
- LATOUR, B. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru, SP: EDUS, 2004.
- LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LOERA, N. R. **Tempo de acampamento**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**. v. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 273-284.
- MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. SP: Hucitec, 1980.
- MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. Melusina, Tenerife, 2011.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- OLIVEIRA, A. U. de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. *In*: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**:

território de vida, de luta e de construção social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, J. P. de. **Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios**. *MANA* 20(1): 125-161, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *R. Inter. Interdisc. INTERthesis*, Florianópolis, v. 9, n.1, p.16-50, Jan./Jul. 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Latifúndios Genéticos y existencia indígena, **Revista Chiapas** no. 14, 7-30. UNAM/Ediciones Era, México, 2002.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 107-130.

SANTOS, Milton. O retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 15-20.

SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres**. Traficantes de Sueños, 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, E. “No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é”. In: SZTUTMAN, E. (ORG.). **Eduardo Viveiros de Castro**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008, p. 130-161.

Recebido em 30/09/2019. Aceito para publicação em 20/04/2020.
--